

Educadores sentem falta do grupo escolar

JOAQUIM DE CARVALHO



Desconfiada da qualidade do ensino oferecido a sua filha por uma escola particular de primeiro grau em São Paulo, a professora Ana Teresa Frederico não resistiu à tentação de dar uma espiada nos cadernos usados pela menina no primário e compará-lo aos seus, de 40 anos atrás. "Fiquei espantada", afirma Ana Teresa. "Sabia que o ensino estava em crise, mas não imaginava um nível tão baixo." Isso foi há sete anos.

Renata Frederico, a filha, acabara de concluir a quarta série. Em seus cadernos, havia demonstrações de falta de

domínio sintático, erros de ortografia e letras quase ilegíveis. "Na minha época, quando se terminava a quarta série, já se sabia escrever razoavelmente e se tinha uma boa caligrafia", recorda a mãe.

Saudosismo à parte — comuns à sociedade brasileira em assuntos de educação (veja reportagem abaixo) —, a comparação de Ana Teresa reflete uma preocupação pedagógica que já alcançou o Congresso Nacional, onde este ano deve ser votada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

Renata, de 17 anos, nasceu três anos depois de o Ministério da Educação ter promovido mudanças de ensino que ficaram conhecidas como a Reforma Passarinho, nome dado

em homenagem a seu autor, o então ministro e hoje senador Jarbas Passarinho. Um dos efeitos dessa reforma foi o sepultamento do grupo escolar — até 1971, o ensino oficial era dividido em três etapas: as quatro primeiras séries formavam o grupo; as quatro seguintes, o ginásio; e os três últimos anos, o colegial. Depois da Reforma Passarinho as duas primeiras etapas foram fundidas numa única fase, que passou a se chamar primeiro grau e deve ser oferecida a todas as crianças em idade escolar.

"No papel, oito anos de ensino obrigatório são perfeitos, mas na prática esse acréscimo de quatro anos na educação fundamental provocou uma queda na qualidade do ensino", afirma o deputado

Sólon Borges dos Reis, ex-presidente do Centro do Professorado Paulista (CPP). Borges dos Reis apresentou ao projeto da nova LDB uma emenda que ressuscita o grupo escolar. "Hoje, uma escola — pública ou particular — é obrigada a oferecer pelo menos oito anos de ensino e eu proponho a obrigatoriedade de quatro", conta.

ENSINO REAL

Celso Beisiegel, ex-diretor da Faculdade de Educação e pró-reitor de Graduação da Universidade da São Paulo (USP), endossa a proposta. "Precisamente ser realistas: o ensino obrigatório de oito anos não atinge a todos", diz. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1985 havia 6,7 milhões de crianças na primeira

série do primeiro grau e apenas 2,7 milhões na quinta. A comparação dos dados prova, segundo Beisiegel, que o ensino obrigatório de oito anos é um mito. "As crianças saem da escola muito antes", conclui. O pró-reitor da USP classifica a proposta de um "recurso estratégico": volta-se aos quatro de ensino obrigatório para uma reestruturação de toda a atividade escolar, com professores bem pagos e a permanência da criança na escola por mais tempo. "Depois, quando tivermos condições reais, vamos ampliando o ensino fundamental obrigatório." Como antes da Reforma Passarinho, quando as demais séries eram opcionais.

O filólogo Adriano Gama Kury vê no fim do grupo escolar uma das causas do proble-

ma do que chama de "a crise da língua portuguesa". Ele diz que, por ser uma etapa separada do ginásio, o grupo se preocupava em dar sólida formação em língua a seus alunos, já que muitos deles não iam além da quarta série. "Lembro-me de que deixei o primário leitor de Monteiro Lobato e com o domínio da crise, conhecimento que a maioria de meus alunos de Letras hoje não tem", afirma.

Kury acredita que os alunos eram mais exigidos por causa do exame de admissão; um vestibular ao qual o estudante se submetia aos 11 anos de idade. "O exame de admissão era uma maravilha. Funcionava como uma avaliação de grupo: o aluno estudava para valer e o professor ensinava para valer."